

Moreira apóia reforma até antes da Constituinte

RIO AGÊNCIA ESTADO

"O País pode chegar à Constituinte com uma estrutura político-institucional bem delineada", adotando os princípios da Nova República, de acordo com a orientação do presidente José Sarney. Essa posição foi defendida ontem pelo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, que tem um pensamento comum aos outros ministros militares — almirante Henrique Sábóia (Marinha), general Leônidas Pires Gonçalves (Exército) e almirante José Maria do Amaral Oliveira (Estado-Maior das Forças Armadas).

Os ministros militares não temem, assim, as reformas que o presidente Sarney decidir promover na próxima legislatura, como na Lei de Segurança Nacional, que poderá ser chamada de Lei de Defesa do Estado Democrático, se mantido o documento elaborado pela comissão também responsável pela nova Lei de Imprensa, por uma lei de acesso à informação e outra de censura à radiodifusão, procurando evitar excessos. Especificamente com relação à LSN, não há nenhuma resistência na área militar à retirada dos excessos: esses ministros acreditam que pode e deve haver um equilíbrio entre as garantias do cidadão e as da sociedade brasileira.

Com os atuais ministros militares, surgiu um aspecto relevante na posição das Forças Armadas, de identificação com alguns juristas, como Miguel Reale e Evaristo de Moraes Filho, para quem a nova LSN deve centrar-se não na segurança abstrata do Estado, mas sim na proteção concreta da sociedade brasileira, dos seus anseios, princípios, e do patrimônio nacional. Este é um traço fundamental para certos juristas, pois dessa forma se evitará que a lei seja usada de acordo com os caprichos de um governo de tendência autoritária. No governo passado, a Lei de Segurança Nacional era muito mais um instrumento de interesses próprios do que de garantia da Nação como um todo.

No contexto político-militar autoritário do passado, havia um clima de medo quando se falava da reforma da LSN. Este problema ocorreu quando o então presidente do Superior Tribunal Militar, almirante Sampaio Fernandes, admitiu em conferência na Escola Superior de Guerra a reformulação da legislação. Ao ver publicada sua declaração, o almirante enviou carta à direção de um jornal pedindo providências contra o jornalista responsável pelo texto. A afirmação, aliás, havia sido gravada por um dos estagiários da ESG.

Tanto o general Dilermando Gomes Monteiro como o almirante Júlio de Sá Bierrenbach sofreram hostilidade de grupos radicais por defenderem a reforma da legislação de segurança, que preferiam mais democrática.

A posição que o ministro Moreira Lima assume de defesa da consolidação do processo de redemocratização do País, mesmo antes da Constituinte, reflete o novo pensamento das Forças Armadas e é comum aos ministros responsáveis pela Marinha, pelo Exército e pelo Estado-Maior das Forças Armadas, órgão que no governo Sarney adquiriu uma posição mais consolidada na estrutura militar, como um Estado-Maior conjunto.

Há afinidades expressivas entre o presidente da República, o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, e os ministros militares, até mesmo em relação às atribuições constitucionais das Forças Armadas — aquelas que não surgiram com o movimento de 64 e dão à instituição responsabilidades no campo externo e interno, de acordo com a orientação do presidente, que é seu comandante supremo.

Hélio Contreiras